

# MANUAL DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NO BRASIL

CELEBRAÇÃO DOS 10 ANOS DA VIGÊNCIA DA LEI

**ALEXANDRE SICILIANO BORGES**  
**EDISON CARLOS FERNANDES**  
**MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO**

COORDENADORES

Alexandre Siciliano Borges	Juliana Grandino Latorre
Amanda de Jesus	Luciana Rosanova Galhardo
Ana Carolina Monguilod	Luiz Felipe Ferraz
Cassius Vinicius de Carvalho	Marcelo Botelho Pupo
Daniel A. Perin	Mario Seixas Coelho Junior
Daniel Vitor Bellan	Pedro Anan Jr.
Edison Carlos Fernandes	Raquel do Amaral de Oliveira Santos
Flávio Rubinstein	Roberto França de Vasconcellos
Gilberto de Castro Moreira Junior	Rodrigo Maitto da Silveira
Gilson Wessler Michels	Thaís Folgosi Françoso
José Gomes Jardim Neto	



*Revisão* Denis Marcello e Paulo Sposati

*Capa* Deborah Mattos

*Edição* Pedro Barros

*Diretor responsável* Marcelo Magalhães Peixoto

---

M251

Manual de preços de transferência no Brasil /  
Alexandre Siciliano Borges, Edison Carlos Fernandes,  
Marcelo Magalhães Peixoto, coodenadores. - São  
Paulo : MP Ed., 2007.

“Celebração dos 10 anos de vigência da lei”

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-98848-49-5

1. Preço de transferência. 2. Preço de  
transferência - Cotrole. 3. Exportação. 4. Bitributação.  
I. Borges, Alexandre Siciliano. II. Fernandes, Edison  
Carlos. III. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971-.

07-0878.

CDU: 34:336.22

---

Todos os direitos desta edição reservados a

**MP Editora**

Av. Brigadeiro Luís Antonio, 613, 10º andar

São Paulo-SP 01317-001

Tel./Fax: (11) 3101 2068

adm@mpeditora.com.br

www.mpeditora.com.br

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
<b>PARTE GERAL</b>	
<b>APRESENTAÇÃO GERAL DA LEGISLAÇÃO</b>	11
CONCEITOS BÁSICOS REFERENTES AO CONTROLE FISCAL DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	13
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1. Considerações introdutórias	13
2. Importação	15
3. Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	26
4. Composição do lucro real e controle dos preços de transferência	27
5. Registro do ajuste na importação: lançamento contábil	31
6. Composição do lucro presumido e controle dos preços de transferência	33
OPERAÇÕES CONTROLADAS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	35
<i>Thais Folgosi Françoso</i>	
1. Operações entre partes relacionadas que possuem vínculo societário	35
2. Operações entre empresas que possuem vínculo comercial	40
3. Operações entre partes que possuem relações de parentesco	45
4. Operações de importação por encomenda	46
5. Operações que envolvam partes domiciliadas em paraísos fiscais ou societários	47
6. Interposta Pessoa	49
CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NAS IMPORTAÇÕES: NORMAS COMUNS E MÉTODO DOS PREÇOS INDEPENDENTES COMPARADOS	51
<i>Flávio Rubinstein</i>	
1. Normas comuns ao controle de preços de transferência nas importações	51
2. Método dos Preços Independentes Comparados – PIC	53
2.1. Considerações gerais	53
2.2. Ajustes	55
2.3. Períodos de comparação	57
O MÉTODO DO PREÇO DE REVENDA MENOS LUCRO – PRL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	59
<i>Alexandre Siciliano Borges</i>	
1. Introdução: normas gerais de preços de transferência aplicáveis ao PRL	59
2. O cálculo do preço-parâmetro segundo as regras do método PRL	61
2.1. A regulamentação original do "PRL 20%"	61
2.2. A IN nº 38/97: proibição de aplicação do "PRL 20%" a bem importado submetido a processo produtivo local	63
2.3. A IN nº 38/97: vedação ilegal do PRL para bem importado aplicado à produção?	66
3. A Lei nº 9.959/00 e a IN nº 32/01: PRL aplicado à importação destinada ao processo produtivo	68
3.1. A IN nº 243/02: uma proporcionalização ilegal?	72

ANOTAÇÕES SOBRE O MÉTODO DO CUSTO DE PRODUÇÃO MAIS LUCRO (CPL)	77
<i>Cassius Vinicius de Carvalho</i>	
Conclusões	82
PRÁTICA DO CONTROLE DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NAS IMPORTAÇÕES	85
<i>Daniel A. Perin</i>	
Introdução	85
1. Adição dos valores de frete, seguro e tributos incidentes na importação ao preço praticado dos produtos importados de pessoas vinculadas	86
1.1. Argumentos favoráveis à inclusão dos encargos de frete, seguro e tributos incidentes na importação	88
1.2. Argumentos contrários à inclusão dos encargos de frete, seguro e tributos incidentes na importação	90
1.3. A interpretação do Fisco	91
1.4. Conclusão	93
2. Cálculo do preço praticado na hipótese de existência de estoques finais	94
3. Cálculo por bem, serviço ou direito	100
4. Métodos aplicáveis para a importação de bens para o ativo permanente usados	103
O CONTROLE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NAS EXPORTAÇÕES	107
<i>Rodrigo Maitto da Silveira</i>	
1. Introdução	107
2. O controle de preços de transferência em face do fenômeno da globalização	108
3. Preços de transferência: definição e objetivos	110
4. O princípio <i>arm's length</i>	115
5. Operações sujeitas ao controle de preços de transferência no Brasil	118
6. O conceito de pessoa vinculada na legislação brasileira	121
7. Os métodos aplicáveis na exportação segundo a legislação brasileira	124
7.1. Método do Preço de Venda nas Exportações (PVEx)	127
7.2. Método do Preço de Venda por Atacado no país de destino, diminuído do lucro (PVA)	129
7.3. Método do Preço de Venda a Varejo no país de destino, diminuído do lucro (PVV)	130
7.4. Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (CAP)	131
8. Regras de <i>safe harbour</i>	133
9. Impossibilidade de aplicação de algum dos métodos na exportação	134
10. A importância dos tratados para evitar a bitributação em face das regras de preços de transferência	135
11. Conclusões	138
SISCOMEX E PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – LIMITES E OBRIGAÇÕES DO FISCO NA UTILIZAÇÃO DA VALIOSA BASE DE DADOS	139
<i>José Gomes Jardim Neto</i>	
Introdução	139
1. Princípio <i>arm's length</i> – norteador da matéria	140
1.1. Imposto de Renda: conceito mutável regulado pela busca equitativa da renda	140
1.2. Princípio <i>arm's length</i> : mecanismo escolhido pelo legislador brasileiro	143

1.3. Legislação de preços de transferência: tentativa de aproximação do mercado	145
1.4. O ideal da legislação: fixar os preços como se fosse um terceiro independente	146
1.5. Ideal inatingível	147
1.6. A "versão brasileira"	150
2. O problema da busca das transações comparáveis	152
2.1. Imitação: necessidade de dados públicos	154
3. Siscomex – a utilização dos dados sigilosos – afronta ao princípio da segurança jurídica (objetivo dos métodos rígidos)	155
3.1. Siscomex – obrigação de uso pela fiscalização todas as vezes em que se encontrar um valor melhor	156
4. Necessidade de manter a segurança jurídica: abertura antecipada dos dados ao contribuinte	157
Bibliografia	159
<b>PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO</b>	<b>161</b>
<i>Roberto França de Vasconcellos</i>	
Introdução	161
1. Efeitos dos acordos de bitributação e das Diretrizes da OCDE sobre a lei interna	163
2. Preços de transferência nos acordos de bitributação – aspectos gerais	168
3. Conceito de pessoa vinculada e os acordos de bitributação	170
4. Países de tributação favorecida e as regras de preços de transferência	174
5. Filiais	175
6. Vantagem anormal	178
7. <i>Arm's length</i> nos acordos de bitributação	179
8. Margens de lucros e presunções e ficções	183
9. Troca de informações	186
<b>PARTE ESPECIAL</b>	
<b>QUESTÕES PRÁTICAS ESPECÍFICAS</b>	<b>191</b>
<b>O CRITÉRIO TEMPORAL NO CÁLCULO DO MÉTODO PIC</b>	<b>193</b>
<i>Luiz Felipe Ferraz</i>	
1. Cálculo do PIC: legislação ordinária	194
2. Critério temporal: regras administrativas	195
3. Distorções de comparação	195
4. Posição das autoridades fiscais	196
5. Limitação de poderes às regras administrativas	198
6. Segurança jurídica	199
7. Posição do Conselho de Contribuintes sobre a matéria	202
<b>PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DOS AJUSTES DO LUCRO</b>	<b>205</b>
<i>Marcelo Botelho Pupo</i>	
1. Introdução	205
2. O preço de transferência no Brasil	205
3. Conceito de renda	208
4. Das Instruções Normativas em matéria tributária	213
5. Conclusões	216

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – DIVERGÊNCIAS ADVINDAS DA PRÓPRIA REGULAMENTAÇÃO	217
<i>Pedro Anan Jr. e Juliana Grandino Latorre</i>	
1. Introdução	217
2. As disposições legais acerca do <i>transfer pricing</i>	219
2.1. Pessoas jurídicas obrigadas	219
2.2. Métodos do <i>transfer pricing</i> : exportações	221
2.3. Métodos do <i>transfer pricing</i> : importações	223
2.4. Exportações: <i>Safe harbours</i>	224
3. IN SRF nº 243/2002 – PRL 60%	224
4. IN 382/2003: <i>safe harbours</i>	228
5. Conclusão	229
A ILEGALIDADE DO MECANISMO DE APLICAÇÃO DO MÉTODO PRL SOB A IN 243/02	231
<i>Luciana Rosanova Galhardo e Ana Carolina Monguilod</i>	
1. Introdução	231
2. Método PRL	234
3. Análise comparativa das duas sistemáticas de apuração	238
4. Conclusão	241
PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – DECISÕES ADMINISTRATIVAS	243
<i>Daniel Vítor Bellan</i>	
Introdução	243
1. Jurisprudência do 1º Conselho de Contribuintes	244
1.1. Aplicabilidade do Método PRL à produção local	244
2. Ônus do Fisco em provar o método mais favorável ao contribuinte	249
3. Preços praticados em outros exercícios	252
4. Impossibilidade de utilização de métodos não previstos na Lei nº 9.430/96	254
Conclusões	256
NORMAS INTERNAS SOBRE PREÇO DE TRANSFERÊNCIA E AS CONVENÇÕES PARA EVITAR A BITRIBUTAÇÃO: EMPRESAS ASSOCIADAS <i>VERSUS</i> PESSOAS VINCULADAS	257
<i>Gilberto de Castro Moreira Junior</i>	
1. Convenções internacionais	257
2. Preço de transferência e o Modelo de Convenção da OCDE	264
3. Convenções internacionais versando sobre matéria tributária	267
4. Legislação interna brasileira sobre preço de transferência	269
OS AJUSTES NOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA À LUZ DOS ACORDOS DE BITRIBUTAÇÃO	273
<i>Gilson Wessler Michels</i>	
1. Introdução	273
2. Os preços de transferência e os princípios da plena concorrência e da independência dos estabelecimentos na Convenção-Modelo da OCDE	278
3. Os preços de transferência na Convenção-Modelo da OCDE e nas convenções de bitributação firmadas pelo Brasil	284

4. Os preços de transferência na Convenção-Modelo da OCDE, nos acordos de bitributação firmados pelo Brasil e na Lei nº 9.430/96	286
5. Considerações finais	291
6. Referências bibliográficas	292
<b>PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NA IMPORTAÇÃO: UMA ANÁLISE PRÁTICA</b>	<b>295</b>
<i>Raquel do Amaral de Oliveira Santos</i>	
1. Introdução	295
2. Normas comuns às importações	298
3. Os métodos de apuração	300
3.1. Preços Independentes Calculados (PIC)	300
3.2. Custo do Produto Menos Lucro	304
3.3. Preço de Revenda Menos Lucro	306
4. Das penalidades pela falta de apuração dos preços de transferência	309
Bibliografia	310
<b>PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E CONCORRÊNCIA PÚBLICA</b>	<b>311</b>
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1. Introdução	311
2. Operações atípicas	312
3. Conclusão	314
<b>APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NO BRASIL</b>	<b>315</b>
<i>Amanda de Jesus</i>	
1. Considerações teóricas	315
2. Preços de transferência no Brasil	316
3. Partes relacionadas – pessoas vinculadas – paraísos fiscais	317
4. O caso prático	317
4.1. Aplicação dos preços de transferência nas importações	318
4.2. Planejamento tributário nas importações	323
4.3. Aplicação dos preços de transferência nas exportações	326
4.4. Planejamento tributário nas exportações	331
4.5. Fiscalização dos preços de transferência na prática	332
4.6. Procedimentos para atender aos aspectos fiscais dos preços de transferência	333
5. Conclusão	335
Referências bibliográficas	336
<b>OFENSA AO PRINCÍPIO DA NEUTRALIDADE PELA LEI Nº 9.430/96 NO QUE CONCERNE AO MÉTODO ELEITO PARA AS HIPÓTESES DE PAGAMENTO DE JUROS A PESSOA VINCULADA E DE RECEBIMENTO DE JUROS DE VINCULADA</b>	<b>337</b>
<i>Mario Seixas Coelho Junior</i>	
1. Introdução	337
2. Preços de transferência	338
2.1. Conceito	338
2.2. Os preços de transferência sob a ótica das empresas vinculadas	339
2.3. Os preços de transferência sob a ótica do Fisco	340
2.4. O conceito de pessoas vinculadas	340
3. O princípio da neutralidade (the <i>arm's length principle</i> )	342

3.1. Conceito	342
3.2. O preço <i>arm's length</i>	343
3.3. O princípio da neutralidade e os métodos desenvolvidos para sua aplicação: função e limites	345
4. Regras concernentes aos preços de transferência	345
4.1. Os métodos aplicáveis de acordo com a legislação brasileira	345
4.2. Juros	347
5. Conclusão	349